

## **Agora falta melhorar a microeconomia**

POLÍTICAS SETORIAIS DEVEM BUSCAR A RACIONALIDADE ECONÔMICA

**MARCELO DE PAIVA ABREU**

Como condição necessária à vitória eleitoral, o Partido dos Trabalhadores empreendeu notável revisão de pilares tradicionais de seu programa. O Programa de Governo da Coligação Lula Presidente abandonou opções simplórias e fictícias quanto à condução da política macroeconômica.

Responsabilidade fiscal, estabilidade das contas públicas, sólidos fundamentos macroeconômicos, termos anteriormente repelidos como bandeiras conservadoras encontraram afinal lugar no programa. O candidato vitorioso comprometeu-se publicamente com as negociações do atual governo com o Fundo Monetário Internacional, dando assim seu aval às duras metas acertadas quanto ao ajuste fiscal. Os acontecimentos desde a vitória de Lula vêm mostrando que a conversão do PT à austeridade fiscal transformou-se rapidamente de condição necessária à vitória eleitoral em requisito de governabilidade, pelo menos no médio prazo.

Mas a estabilização, como se tem ouvido ad nauseam, não é mais do que condição necessária para o bom governo. Já revelou certa fadiga como elemento central da estratégia política da coalizão governamental. Funcionou bem em duas eleições presidenciais, mas parece ter fracassado na terceira, ainda que parte do fracasso possa ser debitado à postura ambígua do candidato oficial quanto às realizações desde 1994. A estabilização está fadada a deixar de ocupar posição central na estratégia econômica, cedendo lugar a políticas de crescimento e redistribuição de renda. No cenário otimista, serão superadas as restrições macroeconômicas que imporão restrições à ação do novo governo em 2003. No cenário pessimista, o governo sacrificaria o compromisso com a estabilização em nome da redistribuição e do crescimento.

O novo governo parece mais bem equipado para redistribuir renda do que para assegurar a volta a uma trajetória de crescimento sustentado. Baseado na legitimidade enraizada nas urnas, Lula tem condições para mobilizar o Brasil, quase unânime, em um esforço significativo para reduzir a iniquidade e tornar menos indecentes os indicadores sociais brasileiros. O famigerado mote dos anos 70 "é preciso fazer crescer o bolo antes de distribuí-lo", utilizado para justificar a inação do governo quanto à concentração da renda, tem o seu lado matreiro: é muito mais fácil redistribuir renda quando a renda per capita está crescendo do que quando está estagnada, como tem sido o caso desde 1980. Um esforço bem-sucedido de redistribuição de renda teria muito mais chance de sucesso se fosse possível assegurar a volta ao crescimento sustentado.

O problema é que a estratégia de crescimento do novo governo não é nada clara. Para que o País cresça serão necessárias políticas setoriais que aumentem a eficiência e sejam capazes de prover estímulos ao setor privado, inclusive quanto à atração de capital estrangeiro. Mas as políticas setoriais do PT guardam marcas indelévels do passado, sendo, em certos casos, baseadas em fundamentos econômicos equivocados. Infelizmente, a conversão do novo governo a idéias mais ortodoxas permanece, por enquanto, restrita a temas macroeconômicos, deixando de lado a microeconomia.

No seu programa é enfatizada a necessidade de "presença ativa do Estado" na economia, em particular em setores considerados de interesse estratégico, como energia. A postura adotada na área de petróleo quanto à política de preços confirma os piores temores de retrocesso em relação à estratégia do atual governo que objetiva o aumento da concorrência em todos os segmentos do setor. Esta reorientação terá conseqüências distributivas indesejáveis e com sinal contrário ao explicitamente desejado pelo PT. Volta à baila o argumento completamente equivocado de que os preços de derivados de petróleo devem refletir apenas em parte o preço mundial do petróleo, pois o País produz 85% do petróleo que consome e os custos de produção do petróleo doméstico são muito inferiores ao preço mundial.

Tentativas de evitar que a Petrobrás se beneficie indevidamente de seu poder de mercado não devem justificar políticas que distorcem a alocação de recursos, desestimulando o uso de fontes de energia alternativas ao petróleo, e inviabilizam a ruptura do monopólio na produção, refino e transporte de petróleo. Não há razão para que consumidores de derivados de petróleo sejam beneficiados pelos subsídios implícitos em uma política de preços baseada em custos de produção. Por que não o mesmo tratamento para os consumidores de pão, ou de medicamentos? Por que investidores privados deveriam estar dispostos a vender seus produtos no Brasil a preços inferiores aos do mercado mundial? A forma de resolver os problemas criados pela falta de concorrência no mercado de petróleo é através de uma combinação de políticas de taxaço e de atraço de novos parceiros. A atratividade destes investimentos depende de uma política de preços de derivados baseada em regras estáveis, críveis e que façam sentido econômico.

O impacto das flutuaçoões do petróleo sobre os preços internos de derivados pode ser mais bem distribuído no tempo com o uso de regras que aumentem o peso de preços defasados na regra de ajuste.

Equívocos da mesma laia podem ser detectados com relação a outras políticas setoriais. No caso da política industrial, em meio ao nevoeiro que caracteriza o linguajar do documento da coligaçoão, é possível detectar a tendência a "reativar mecanismos" que foram usados no passado. Com o saldo comercial beirando US\$ 12 bilhões, está ficando difícil racionalizar a volta de políticas de escolha de vencedores com base na necessidade de aumentar o saldo comercial. Melhor faria o novo governo se concentrasse os esforços na reforma tributária em 2003 e nos estímulo não discricionários à exportação que dela decorreriam.

Se a guinada do novo governo passar a incluir também um aggiornamento de idéias arcaicas sobre políticas setoriais começará a ser realista pensar em virtuosa combinaçoão de estabilizaçoão, crescimento e redistribuiçoão.